

# ROLIM DE MOURA - RO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM  
DE MOURA - RONDÔNIA

Pedagogo de Educação  
Infantil – 30 horas

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº001/2024/PRM/RO,  
DE 07 DE OUTUBRO DE 2024.

CÓD: SL-0610T-24  
7908433265498

## Língua Portuguesa

|   |    |
|---|----|
| 1. Leitura e interpretação de texto literário e não literário, (compreensão geral do texto .....  | 9  |
| 2. Ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor .....   | 11 |
| 3. Argumentação .....   | 12 |
| 4. Inferências .....  | 13 |
| 5. Estrutura e organização do texto e dos parágrafos).....  | 13 |
| 6. Tipologia e gêneros textuais .....   | 13 |
| 7. Figuras de linguagem .....   | 22 |
| 8. Elementos de coesão. Coerência e coesão textual .....  | 24 |
| 9. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância etc.) .....              | 25 |
| 10. Adequação vocabular .....   | 27 |
| 11. O sentido das palavras – , denotação, conotação, polissemia e ambiguidade. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia .....  | 27 |
| 12. Valor semântico e emprego dos conectivos.....   | 29 |
| 13. Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado) e do período (período composto por coordenação e por subordinação)..... | 30 |
| 14. Acentuação gráfica.....   | 33 |
| 15. Ortografia.....   | 35 |
| 16. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto.....  | 35 |
| 17. Concordâncias verbal e nominal.....   | 38 |
| 18. Regências verbal e nominal .....  | 39 |
| 19. Emprego de tempos e modos verbais .....   | 41 |
| 20. Locuções verbais (perífrases verbais) .....   | 44 |
| 21. Paralelismo sintático e paralelismo semântico .....   | 45 |
| 22. Emprego das classes gramaticais .....   | 46 |
| 23. Estrutura e formação de palavras .....  | 54 |

## Noções De Administração Pública

|   |     |
|---|-----|
| 1. Ética e conduta na administração pública: servidor público. Regime jurídico. Direitos e deveres. Infrações e sanções aplicáveis..... | 63  |
| 2. Princípios administrativos. Moralidade .....   | 74  |
| 3. Ética funcional.....   | 78  |
| 4. Regras deontológicas .....   | 80  |
| 5. Acesso à informação e transparência no serviço público .....   | 82  |
| 6. Improbidade administrativa.....  | 88  |
| 7. Crimes praticados pelo funcionário público contra a administração.....   | 105 |
| 8. Lei orgânica municipal .....   | 108 |
| 9. Estatuto do servidor público municipal .....   | 128 |
| 10. Administração pública: princípios da administração pública: princípios expressos e reconhecidos .....                               | 150 |

|  |     |
|--|-----|
| 11. Controle da administração pública .....  | 151 |
| 12. Ato administrativo: conceito, elementos, objeto, forma, motivo, finalidade, características, classificação, espécies, extinção, anulação e revogação .....   | 154 |
| 13. Contratos administrativos: conceito, características, espécies, duração, prorrogação, renovação, cláusulas e convênios administrativos .....   | 165 |
| 14. Políticas públicas: conceitos, características e classificação .....   | 181 |
| 15. Licitação: conceito, objetivo, princípios, dispensa de licitação, inexigibilidade, modalidades de licitação e pregão .....   | 182 |
| 16. Serviço público: conceito, classificação, titularidade e princípios .....  | 195 |
| 17. Administração direta e indireta: conceito, natureza da função, abrangência e composição.....   | 207 |
| 18. Lei orgânica do município de rolim de moura: capítulo ii - do poder legislativo. Seção i -da câmara municipal. Seção ii - do funcionamento da câmara. Seção iii - das atribuições da câmara municipal. Seção iv - dos vereadores. Seção v - do processo legislativo. Seção vi - da fiscalização contábil financeira e orçamentária ..... | 210 |
| 19. Código sanitário lei municipal nº 1072/2003.....   | 210 |

## História E Geografia De Rondônia

|  |     |
|--|-----|
| 1. O processo de ocupação das terras rondonienses, aos povos indígenas, os espanhóis em meados do século XVI.....  | 239 |
| 2. Os portugueses e o movimento dos bandeirantes .....   | 241 |
| 3. O tratado de Madri .....  | 242 |
| 4. O processo de imigração e a produção da borracha, os conflitos na região do atual estado de Rondônia.....   | 242 |
| 5. O declínio da mineração, a Proclamação da República e a diminuição da importância econômica da região no final do século XIX.....   | 244 |
| 6. Século XIX: a exploração da borracha .....  | 245 |
| 7. Da criação do Território Federal do Guaporé até os dias de hoje.....  | 246 |
| 8. A evolução política de Rondônia: O estado de Rondônia: desafios para um futuro sustentável.....   | 246 |
| 9. Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e de Rondônia ..... | 247 |
| 10. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e de Rondônia .....  | 249 |
| 11. Formação econômica de Rondônia.....  | 250 |
| 12. Processo de criação do estado de Rondônia: limites, antecedentes e as fases da ocupação territorial .....  | 250 |
| 13. Municípios e populações de Rondônia: população e localização .....   | 252 |
| 14. Economia do Estado de Rondônia: evolução político - administrativa e econômica; setores produtivos da agropecuária; área e população urbana e rural.....   | 252 |
| 15. Nova configuração do mapa .....  | 254 |
| 16. Microrregiões.....   | 256 |
| 17. Atuais municípios.....   | 257 |
| 18. Relevo, vegetação, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico de Rondônia.....  | 258 |
| 19. A paisagem local e sua relação com outras paisagens (semelhanças e diferenças, permanências e transformações) .....  | 261 |
| 20. Rondônia e sua pluralidade cultural .....  | 262 |

|   |     |
|---|-----|
| 21. Linguagem cartográfica: leitura de mapas .....  | 262 |
| 22. Manifestações artísticas e sociais .....  | 263 |
| 23. Modos de vida no campo e na cidade .....  | 263 |
| 24. Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade .....  | 264 |
| 25. Apropriação e transformação da natureza .....   | 264 |
| 26. Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município, no estado e no país ..... | 265 |

## Conhecimentos Pedagógicos

|   |     |
|---|-----|
| 1. Planejamento da prática pedagógica .....   | 267 |
| 2. Práticas Pedagógicas transformadoras .....   | 268 |
| 3. Plano Político Pedagógico .....  | 275 |
| 4. Contrato didático .....  | 282 |
| 5. Organização da rotina (anual, periódico e diário) .....  | 287 |
| 6. Intervenção pedagógica .....   | 291 |
| 7. Agrupamentos produtivos .....  | 298 |
| 8. Educação Lúdica .....  | 306 |
| 9. Avaliação da aprendizagem (de fatos e conceitos, de procedimentos e de resultados internos e externos) ..... | 314 |
| 10. Ambientes de Aprendizagem e Recursos Instrucionais .....  | 317 |
| 11. Seleção e organização de conteúdos .....  | 321 |
| 12. O processo de ensino .....  | 322 |
| 13. O Programa de Aceleração da Aprendizagem .....  | 323 |
| 14. Tendências pedagógicas: correntes teóricas e alternativas metodológicas .....                               | 333 |
| 15. A pedagogia de Paulo Freire e o processo de ensino: Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Autonomia .....    | 334 |
| 16. A interdisciplinaridade e suas implicações na prática docente .....   | 336 |
| 17. Metodologias ativas de aprendizagem .....   | 339 |
| 18. Legislação brasileira de educação .....   | 340 |

## Conhecimentos na área de formação

|   |     |
|---|-----|
| 1. Processo de Ensino e de Aprendizagem e as Teorias de Aprendizagem .....  | 345 |
| 2. Relação professor-aluno .....  | 346 |
| 3. Os métodos de ensino .....   | 347 |
| 4. Processo didático pedagógico: planejamento – organização – execução e avaliação da aula .....                                      | 349 |
| 5. As teorias em Educação: Piaget/Vygotsky e Wallon .....   | 350 |
| 6. Instrumentos de Planejamento das Ações Educativas: Projeto Educativo / Proposta Pedagógica / Plano Escolar / Plano de Ensino ..... | 357 |

---

## ÍNDICE

---

|   |     |
|---|-----|
| 7. O trabalho coletivo como princípio educativo.....  | 358 |
| 8. Inclusão Escolar .....   | 360 |
| 9. Eixos Norteadores da Política Educacional .....  | 361 |
| 10. A autonomia e a participação como finalidade da educação – a gestão democrática na escola.....                        | 362 |
| 11. A organização e o funcionamento das escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.....                            | 364 |
| 12. O processo de adaptação da criança à instituição de Educação Infantil – creche/pré-escola – o papel do educador ..... | 365 |
| 13. O lúdico na educação: a questão da afetividade, do jogo e da brincadeira.....   | 366 |
| 14. Organização curricular interdisciplinar .....   | 368 |
| 15. Legislação e Documentos: LDB e suas alterações.....   | 369 |
| 16. Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações .....  | 388 |
| 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e suas alterações .....                                      | 427 |
| 18. Parâmetros Curriculares Nacionais e suas alterações.....  | 429 |
| 19. Lei nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência e suas alterações.....         | 472 |
| 20. Parâmetros de qualidade para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 2006 .....                                       | 490 |

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO)

### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



*“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”*

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

### Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

**Resposta: Letra B.**

### IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as dife-

rentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

#### CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

#### Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

– **Ficcionalidade:** os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.

– **Aspecto subjetivo:** o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.

– **Ênfase na função poética da linguagem:** o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.

– **Plurissignificação:** as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

#### Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa. Além disso, tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. Ademais, a linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

#### ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente

um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

### Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

### Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

### Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

### Gêneros Discursivos

– **Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um

romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

– **Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

– **Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

– **Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

– **Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

– **Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

– **Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

– **Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

– **Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

### PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

O modo como o autor narra suas histórias provoca diferentes sentidos ao leitor em relação à uma obra. Existem três pontos de vista diferentes. É considerado o elemento da narração que compreende a perspectiva através da qual se conta a história. Trata-se da posição da qual o narrador articula a narrativa. Apesar de existir diferentes possibilidades de Ponto de Vista em uma narrativa, considera-se dois pontos de vista como fundamentais: O narrador-observador e o narrador-personagem.

### – Primeira pessoa

Um personagem narra a história a partir de seu próprio ponto de vista, ou seja, o escritor usa a primeira pessoa. Nesse caso, lemos o livro com a sensação de termos a visão do personagem podendo também saber quais são seus pensamentos, o que causa uma leitura mais íntima. Da mesma maneira que acontece nas nossas vidas, existem algumas coisas das quais não temos conhecimento e só descobrimos ao decorrer da história.

### – Segunda pessoa

O autor costuma falar diretamente com o leitor, como um diálogo. Trata-se de um caso mais raro e faz com que o leitor se sinta quase como outro personagem que participa da história.

### – Terceira pessoa

Coloca o leitor numa posição externa, como se apenas observasse a ação acontecer. Os diálogos não são como na narrativa em primeira pessoa, já que nesse caso o autor relata as frases como alguém que estivesse apenas contando o que cada personagem disse.

Sendo assim, o autor deve definir se sua narrativa será transmitida ao leitor por um ou vários personagens. Se a história é contada por mais de um ser fictício, a transição do ponto de vista de um para outro deve ser bem clara, para que quem estiver acompanhando a leitura não fique confuso.

## ARGUMENTAÇÃO

### – Definição

Argumentação é um recurso expressivo da linguagem empregado nas produções textuais que objetivam estimular as reflexões críticas e o diálogo, a partir de um grupo de proposições. A elaboração de um texto argumentativo requer coerência e coesão, ou seja, clareza de ideia e o emprego adequado das normas gramaticais. Desse modo, a ação de argumentar promove a potencialização das capacidades intelectuais, visto que se pauta expressão de ideias e em pontos de vista ordenados e estabelecidos com base em um tema específico, visando, especialmente, persuadir o receptor da mensagem. É importante ressaltar que a argumentação compreende, além das produções textuais escritas, as propagandas publicitárias, os debates políticos, os discursos orais, entre outros.

### Os tipos de argumentação

– **Argumentação de autoridade:** recorre-se a uma personalidade conhecida por sua atuação em uma determinada área ou a uma renomada instituição de pesquisa para enfatizar os conceitos influenciar a opinião do leitor. Por exemplo, recorrer ao parecer de um médico infectologista para prevenir as pessoas sobre os riscos de contrair o novo corona vírus.

– **Argumentação histórica:** recorre-se a acontecimentos e marcos da história que remetem ao assunto abordado. Exemplo: “A desigualdade social no Brasil nos remete às condutas racistas desempenhadas instituições e pela população desde o início do século XVI, conhecido como período escravista.”

– **Argumentação de exemplificação:** recorre a narrativas do cotidiano para chamar a atenção para um problema e, com isso, auxiliar na fundamentação de uma opinião a respeito. Exemplo: “Os casos de feminicídio e de agressões domésticas sofridas pelas mulheres no país são evidenciados pelos sucessivos episódios de violência vividos por Maria da Penha no período em que ela esteve casada com seu ex-esposo. Esses episódios motivaram a criação de uma lei que leva seu nome, e que visa à garantia da segurança das mulheres.”

– **Argumentação de comparação:** equipara ideias divergentes com o propósito de construir uma perspectiva indicando as diferenças ou as similaridades entre os conceitos abordados. Exemplo: No reino Unido, os desenvolvimentos na educação passaram, em duas décadas, por sucessivas políticas destinadas ao reconhecimento do professor e à sua formação profissional. No Brasil, no entanto, ainda existe um *déficit* na formação desses profissionais, e o piso nacional ainda é muito insuficiente.”

– **Argumentação por raciocínio lógico:** recorre-se à relação de causa e efeito, proporcionando uma interpretação voltada diretamente para o parecer defendido pelo emissor da mensagem. Exemplo: “Promover o aumento das punições no sistema penal em diversos países não reduziu os casos de violência nesses locais, assim, resultados semelhantes devem ser observados se o sistema penal do Brasil aplicar maiores penas e rigor aos transgressores das leis.”

### Os gêneros argumentativos

– **Texto dissertativo-argumentativo:** esse texto apresenta um tema, de modo que a argumentação é um recurso fundamental de seu desenvolvimento. Por meio da argumentação, o autor defende seu ponto de vista e realiza a exposição de seu raciocínio. Resenhas, ensaios e artigos são alguns exemplos desse tipo de texto.

– **Resenha crítica:** a argumentação também é um recurso fundamental desse tipo de texto, além de se caracterizar pelo juízo de valor, isto é, se baseia na exposição de ideias com grande potencial persuasivo.

– **Crônica argumentativa:** esse tipo de texto se assemelha aos artigos de opinião, e trata de temas e eventos do cotidiano. Ao contrário das crônicas cômicas e históricas, a argumentativa recorre ao juízo de valor para acordar um dado ponto de vista sempre com vistas ao convencimento e à persuasão do leitor.

– **Ensaio:** por expor ideias, pensamentos e pontos de vista, esse texto caracteriza-se como argumentativo. Recebe esse nome exatamente por estar relacionado à ação de *ensaiar*, isto é, demonstrar as proposições argumentativas com flexibilidade e despreensão.

– **Texto editorial:** dentre os textos jornalísticos, o editorial é aquele que faz uso da argumentação, pois se trata de uma produção que considera a subjetividade do autor, pela sua natureza crítica e opinativa.

– **Artigos de opinião:** são textos semelhantes aos editoriais, por apresentarem a opinião ao autor acerca de assuntos atuais, porém, em vez de uma síntese do tema, esses textos são elaborados por especialistas, pois seu objetivo é fazer uso da argumentação para propagar conhecimento.

# NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## ÉTICA E CONDUTA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: SERVIDOR PÚBLICO. REGIME JURÍDICO. DIREITOS E DEVERES. INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

### Conceito

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe em seu bojo, várias regras de organização do Estado brasileiro, dentre elas, as concernentes à Administração Pública e seus agentes como um todo.

A designação “agente público” tem sentido amplo e serve para conceituar qualquer pessoa física exercente de função pública, de forma remunerada ou gratuita, de natureza política ou administrativa, com investidura definitiva ou transitória.

### Espécies (classificação)

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, entende que quatro são as categorias de agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos civis, militares e particulares em colaboração com o serviço público.

Vejam os detalhes de cada classificação detalhadamente:

#### – Agentes políticos

Exercem atividades típicas de governo e possuem a incumbência de propor ou decidir as diretrizes políticas dos entes públicos. Nesse patamar estão inclusos os chefes do Poder Executivo federal, estadual e municipal e de seus auxiliares diretos, quais sejam, os Ministros e Secretários de Governo e os membros do Poder Legislativo como Senadores, Deputados e Vereadores.

De forma geral, os agentes políticos exercem mandato eletivo, com exceção dos Ministros e Secretários que são ocupantes de cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração.

Autores como Hely Lopes Meirelles, acabaram por enfatizar de forma ampla a categoria de agentes políticos, de forma a transparecer que os demais agentes que exercem, com alto grau de autonomia, categorias da soberania do Estado em decorrência de previsão constitucional, como é o caso dos membros do Ministério Público, da Magistratura e dos Tribunais de Contas.

#### – Servidores Públicos Civis

De forma geral, servidor público são todas as pessoas físicas que prestadoras de serviços às entidades federativas ou as pessoas jurídicas da Administração Indireta em função da relação de trabalho que ocupam e com remuneração ou subsídio pagos pelos cofres públicos, vindo a compor o quadro funcional dessas pessoas jurídicas.

Depreende-se que alguns autores dividem os servidores públicos em civis e militares. Pelo fato de termos adotado a classificação aludida por Maria Sylvia Zanella Di Pietro,

trataremos os servidores militares como sendo uma categoria à parte, designando-os apenas de militares, e, por conseguinte, usando a expressão servidores públicos para se referir somente aos servidores públicos civis.

De acordo com as regras e normas pelas quais são regidos, os servidores públicos civis podem ser subdivididos da seguinte maneira:

– **Servidores estatutários:** ocupam cargo público e são regidos pelo regime estatutário.

– **Servidores ou empregados públicos:** são os servidores contratados sob o regime da CLT e ocupantes de empregos públicos.

– **Servidores temporários:** são os contratados por determinado período de tempo com o objetivo de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Exercem funções públicas, mas não ocupam cargo ou emprego público. São regidos por regime jurídico especial e disciplinado em lei de cada unidade federativa.

– **Servidores militares:** antes do advento da EC 19/1998, os militares eram tratados como “servidores militares”. Militares são aqueles que prestam serviços às Forças Armadas como a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, às Polícias Militares ou aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Distrito Federal e dos territórios, que estão sob vínculo jurídico estatutário e são remunerados pelos cofres públicos. Por estarem submetidos a um regime jurídico estatutário disciplinado em lei por lei, os militares estão submetidos à regras jurídicas diferentes das aplicadas aos servidores civis estatutários, justificando, desta forma, o enquadramento em uma categoria própria de agentes públicos.

Destaca-se que a Constituição Federal assegurou aos militares alguns direitos sociais conferidos aos trabalhadores de forma geral, são eles: o 13º salário; o salário-família, férias anuais remuneradas com acréscimo ao menos um terço da remuneração normal; licença à gestante com a duração de 120 dias; licença paternidade e assistência gratuita aos filhos e demais dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

Ademais, os servidores militares estão submetidos por força da Constituição Federal a determinadas regras próprias dos servidores públicos civis, como por exemplo: teto remuneratório, irreduzibilidade de vencimentos, dentre outras peculiaridades.

Embora haja tais assimilações, aos militares são aplicadas algumas vedações que constituem direito dos demais agentes públicos, como por exemplo, os casos da sindicalização, bem como da greve e, quando estiverem em serviço ativo, da filiação a partidos políticos.

— **Cargo, Emprego e Função Pública**

Para que haja melhor organização na Administração Pública, os servidores públicos são amparados e organizados a partir de quadros funcionais. Quadro funcional é o acoplado de cargos, empregos e funções públicas de um mesmo ente federado, de uma pessoa jurídica da Administração Indireta de ou de seus órgãos internos.

**Cargo**

O art. 3º do Estatuto dos Servidores Cíveis da União da Lei 8.112/1990 conceitua cargo público como “o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor”. Via de regra, podemos considerar o cargo como sendo uma posição na estrutura organizacional da Administração Pública a ser preenchido por um servidor público.

Em geral, os cargos públicos somente podem ser criados, transformados e extinguidos por força de lei.

Ao Poder Legislativo, caberá, mediante sanção do chefe do Poder Executivo, dispor sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.

Em se tratando de cargos do Poder Legislativo, a criação não depende de temos exatos de lei, mas, sim de uma norma que mesmo possuindo hierarquia de lei, não depende de sanção ou veto do chefe do Executivo. É o que chamamos de Resoluções, que são leis sem sanção.

A despeito da criação de cargos, vejamos:

a) **Cargos do Poder Executivo:** a iniciativa é privativa do chefe desse Poder (CF, art. 61, § 1º, II, “a”).

b) **Cargos do Poder Judiciário:** dos Tribunais de Contas e do Ministério Público a lei em questão, partirá de iniciativa dos respectivos Tribunais ou Procuradores-Gerais em se tratando da criação de cargos para o Ministério Público.

c) **Cargos do Legislativo:** os cargos serão criados, extintos ou transformados por atos normativos de âmbito interno desse Poder (Resoluções), sendo sua iniciativa da respectiva Mesa Diretora.

Embora sejam criados por lei, os cargos ou funções públicas, se estiverem vagos, podem ser extintos por intermédio de lei ou por decreto do chefe do Poder Executivo. No entanto, se o cargo estiver ocupado, só poderá ser extinto por lei.

Os cargos podem ser organizados em carreira ou isolados. Vejamos:

— **Cargos organizados em carreira:** são cargos cujos ocupantes podem percorrer várias classes ao longo da sua vida funcional, em razão do regime de progressão do servidor na carreira.

— **Cargos isolados:** não permitem a progressão funcional de seus titulares.

Em relação às garantias e características especiais que lhe são conferidas, os cargos podem ser classificados em vitalícios, efetivos; e comissionados. Vejamos:

— **Cargos vitalícios e cargos efetivos:** oferecem garantia de permanência aos seus ocupantes. De forma geral, a nomeação para esses cargos é dependente de prévia aprovação em concurso público.

— **Cargos em comissão ou comissionados:** de acordo com o art. 37, V, da CF, os cargos comissionados se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. São ocupados de maneira temporária, em função da confiança depositada pela autoridade nomeante. A nomeação para esse tipo de cargo não depende de aprovação em concurso público, podendo a exoneração do seu ocupante pode ser feita a qualquer tempo, a critério da autoridade nomeante.

**Emprego**

Os empregos públicos são entidades de atribuições com o fito de serem ocupadas por servidores regidos sob o regime da CLT, que também chamados de celetistas ou empregados públicos.

A diferença entre cargo e emprego público consiste no vínculo que liga o servidor ao Estado. Ressalta-se que o vínculo jurídico do empregado público é de natureza contratual, ao passo que o do servidor titular de cargo público é de natureza estatutária.

No âmbito das pessoas de Direito Público como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como em suas autarquias e fundações públicas de direito público, levando em conta a restauração da redação originária do caput do art. 39 da CF/1988 (ADIn 2135 MC/DF), afirma-se que o regime a ser adotado é o estatutário. Entretanto, é plenamente possível a convivência entre o regime estatutário e o celetista relativo aos entes que, anteriormente à concessão da medida cautelar mencionada, tenham realizado contratações e admissões no regime de emprego público. No tocante às pessoas de Direito Privado da Administração Indireta como as empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado, infere-se que somente é possível a existência de empregados públicos, nos termos legais.

**Função Pública**

Função pública também é uma espécie de ocupação de agente público. Denota-se que ao lado dos cargos e empregos públicos existem determinadas atribuições que também são exercidas por servidores públicos, mas no entanto, essas funções não compõem a lista de atribuições de determinado cargo ou emprego público, como por exemplo, das funções exercidas por servidores contratados temporariamente, em razão de excepcional interesse público, com base no art. 37, IX, da CFB/88.

Esse tipo de servidor ocupa funções temporárias, desempenhando suas funções sem titularizar cargo ou emprego público. Além disso, existem funções de chefia, direção e assessoramento para as quais o legislador não cria o cargo respectivo, já que serão exercidas com exclusividade por ocupantes de cargos efetivos, nos termos do art. 37, V, da CFB/88.

— **Observação importante:** nos parâmetros do art. 37, V da CFB/88, da mesma forma que previsto para os cargos em comissão, as funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**Regime Jurídico**

— **Provimento**

Provimento é a forma de ocupação do cargo público pelo servidor. Além disso, é um ato administrativo por intermédio do qual ocorre o preenchimento de cargo, por conseguinte,

atribuindo as funções a ele específicas e inerentes a uma determinada pessoa. Tanto a doutrina quanto a lei dividem as espécies de provimento de cargos públicos em dois grupos. São eles:

– **Provimento originário:** é ato administrativo que designa um cargo a servidor que antes não integrava o quadro de servidores daquele órgão, ou seja, o agente está iniciando a carreira pública.

O provimento originário é a única forma de nomeação reconhecida pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro, isso, é claro, ressalte-se, dependendo de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos, nos termos da lei, a ordem de classificação e o prazo de sua validade. Destaque-se que o momento da nomeação configura discricionariedade do administrador, na qual devem ser respeitados os prazos do concurso público, nos moldes do art. 9º e seguintes da Lei 8112/90, devendo, por conseguinte, ainda ser feita uma análise a respeito dos requisitos para a ocupação do cargo.

Entretanto, uma vez realizada a nomeação do candidato, este ato não lhe atribui a qualidade de servidor público, mas apenas a garantia de ocupação do referido cargo. Para que se torne servidor público, o particular deverá assinar o termo de posse, se submetendo a todas as normas estatutárias da instituição.

O provimento do cargo ocorre com a nomeação, mas a investidura no cargo acontece com a posse nos termos do art. 7º da Lei 8.112/90.

De acordo com a Lei Federal, o prazo máximo para a posse é de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato de provimento, nos termos do art. 13, §1º, sendo que, desde haja a devida comprovação, a legislação admite que a posse ocorra por meio de procuração específica, conforme disposto no art. 13, §3º da lei 8.112/90.

Havendo a efetivação da posse dentro do prazo legal, o servidor público federal terá o prazo máximo de 15 (dias) dias para iniciar a exercer as funções do cargo, nos trâmites do art. 15, §1º do Estatuto dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei 8112/90, sendo que não sendo respeitado este prazo, o agente poderá ser exonerado. Vejamos:

**Art. 15. § 2º** - *O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18. (Redação dada pela Lei n. 9.527, de 10.12.97).*

Ademais, se o candidato for nomeado e não se apresentar para posse, no prazo de determinado por lei, não ocorrerá exoneração, tendo em vista ainda não havia sido investido na qualidade de servidor. Assim sendo, o ato de nomeação se torna sem efeito, vindo a ficar vago o cargo que havia sido ocupado pelo ato de nomeação.

– **Provimento Derivado:** o cargo público deverá ser entregue a um servidor que já tenha uma relação anterior com a Administração Pública e que se encontra exercendo funções na carreira em que pretende assumir o novo cargo. Denota-se que provimento derivado somente será possível de ser concretizado, se o agente provier de outros cargos na mesma carreira em que houve provimento originário anterior. Não pode haver provimento derivado em outra carreira.

Nesses casos, deverá haver a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, para que se faça novo provimento originário. A permissão para que o agente ingresse em nova carreira por meio de provimento derivado violaria os princípios da isonomia e da impessoalidade, mediante os benefícios oferecidos de forma defesa. Nesse diapasão, vejamos o que estabelece a súmula vinculante nº 43 do Supremo Tribunal Federal

– **Súmula 43 do STF:** É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

Assim sendo, analisaremos as espécies de provimento derivado permitidas no ordenamento Jurídico Brasileiro e suas características específicas. Vejamos:

– **Provimento derivado vertical:** é a promoção na carreira ensejando a garantia de o servidor público ocupar cargos mais altos, na carreira de ingresso, de forma alternada por antiguidade e merecimento. Para que isso ocorra, é necessário que ele tenha ingressado, mediante aprovação em concurso público no serviço público, bem como mediante assunção de cargo escalonado em carreira.

Denota-se que a escolha do servidor a progredir na carreira deve ser realiza por critérios de antiguidade e merecimento e de forma alternada por critérios de antiguidade e merecimento.

Destaque-se que, intermédio de promoção, não será possível assumir um cargo em outra carreira mais elevada. Como por exemplo, ao ser promovido do cargo de técnico do Tribunal para o cargo de analista do mesmo órgão. Isso não é possível, uma vez que tal situação significaria a possibilidade de mudança de carreira sem a realização de concurso público, o que ensejaria a ascensão que foi abolida pela Constituição Federal de 1988.

– **Provimento derivado horizontal:** trata-se da readaptação disposta no art. 24 da Lei 8112/90. É o aproveitamento do servidor em um novo cargo, em decorrência de uma limitação sofrida por este na capacidade física ou mental. Em ocorrendo esta hipótese, o agente deverá ser readaptado vindo a assumir um novo cargo, no qual as funções sejam compatíveis com as limitações que sofreu em sua capacidade laboral, dependendo a verificação desta limitação mediante a apresentação de laudo laboral expedido por junta médica oficial, que ateste demonstrando detalhadamente a impossibilidade de o agente se manter no exercício de suas atividades de trabalho.

Na fase de readaptação ficará garantida o recebimento de vencimentos, não podendo haver alteração do subsídio recebido pelo servidor em virtude da readaptação.

– **Observação importante:** esta modalidade de provimento derivado independe da existência de cargo vago na carreira, porque ainda que este não exista, o servidor sempre terá direito de ser readaptado e poderá exercer suas funções no novo cargo como excedente. Caso não haja nenhum cargo na carreira, com funções compatíveis, o servidor poderá ser aposentado por invalidez. Para que haja readaptação, não há necessidade de

a limitação ter ocorrido por causa do exercício do labor ou da função. A princípio, independentemente de culpa, o servidor tem direito a ser readaptado.

– **Provímento derivado por reingresso:** ocorre quando o servidor de alguma forma, deixou de atuar no labor das funções de cargo específico e retorna às suas atividades. Esse provimento pode ocorrer de quatro formas. São elas:

a) **Reversão:** nos termos do art. 25 da Lei 8.112/90, é o retorno do servidor público aposentado ao exercício do cargo público. A reversão pode ocorrer por meio da aposentadoria por invalidez, quando cessarem os motivos da invalidez. Neste caso, por meio de laudo médico oficial, o poder público toma conhecimento de que os motivos que ensejaram a aposentadoria do servidor se tornaram insubsistentes, do que resulta a obrigatoriedade de retorno do servidor ao cargo.

Também pode ocorrer a reversão do servidor aposentado de forma voluntária. Dessa maneira, atendidos os requisitos dispostos em lei, a legislação ordena que havendo interesse da Administração Pública, que o servidor tenha requerido a reversão, que a aposentadoria tenha sido de forma voluntária, que o agente público já tivesse, antes, adquirido estabilidade quando no exercício da atividade, que a aposentadoria tenha se dado nos cinco anos anteriores à solicitação e também que haja cargo vago, no momento da petição de reversão.

b) **Reintegração:** trata-se de provimento derivado que requer o retorno do servidor público estável ao cargo que ocupava anteriormente, em decorrência da anulação do ato de demissão.

Ocorre a reintegração quando tornada sem validade a demissão do servidor estável por decisão judicial ou administrativa, ponderando que o reintegrado terá o direito de ser indenizado por tudo que deixou de ganhar em consequência da demissão ilegal.

c) **Recondução:** conforme dispõe o art. 29, da lei 8.112/90, trata-se a recondução do retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado por ele, podendo ocorrer em duas hipóteses:

– **Inabilitação em estágio probatório relacionado a outro cargo:** quando o servidor público retorna à carreira anterior na qual já havia adquirido estabilidade, evitando assim, sua exoneração do serviço público.

– **Reintegração do anterior ocupante:** cuida-se de situação exposta, na situação prática apresentada anteriormente, através da qual, o servidor público ocupa cargo de outro servidor que é posteriormente reintegrado.

– **Observação importante:** A recondução não gera direito à percepção de indenização, em nenhuma das duas hipóteses. Assim, o servidor público retornará ao cargo de origem, percebendo a remuneração deste cargo.

d) **Aproveitamento:** é retorno do servidor público que se encontra em disponibilidade, para assumir cargo com funções compatíveis com as que anteriormente exercia, antes de ter extinto o cargo que antes ocupava.

Isso ocorre, por que a Carta Magna prevê que havendo a extinção ou declaração de desnecessidade de determinado cargo público, o servidor público estável ocupante do cargo não deverá ser demitido ou exonerado, mas sim ser removido para

a disponibilidade. Nesses casos, o servidor deixará de exercer as funções de forma temporária, mantendo o vínculo com a administração pública.

Destaque-se que não há prazo para o término da disponibilidade, porém, por lei, o servidor tem a garantia de que, surgindo novo cargo vago compatível com o que ocupava, seu aproveitamento será obrigatório.

– **Observação importante:** o aproveitamento é obrigatório tanto para o poder público quanto para o agente. Isso ocorre porque a Administração Pública não pode deixar de executar o aproveitamento para nomear novos candidatos, da mesma forma que o servidor não poderá optar por ficar em disponibilidade, vindo a recusar o aproveitamento.

#### – Vacância

As situações de vacância são as hipóteses de desocupação do cargo público. Vacância é o termo utilizado para designar cargo público vago. É um fato administrativo que informa que o cargo público não está provido e poderá preenchido por novo agente.

A lei dispõe sete hipóteses de vacância. São elas:

a) **Aposentadoria:** acontece quando mediante ato praticado pela Administração Pública, o servidor público passa para a inatividade. No Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, a aposentadoria pode-se dar voluntariamente, compulsoriamente ou por invalidez, devendo ser aprovada pelo Tribunal de Contas para que tenha validade. A aposentadoria pode ocorrer pelas seguintes maneiras:

#### – Falecimento

Quando se tratar de fato administrativo alheio ao interesse do servidor ou da Administração Pública, torna inevitavelmente inviável a ocupação do cargo.

#### – Exoneração

Acontece sempre que o desfazimento do vínculo com o poder público ocorre por situação prevista em lei, sem penalidades, dando fim à relação jurídica funcional que havia tido início com a posse.

Ressalte-se que a exoneração pode ocorrer a pedido do servidor, situação na qual, por vontade do agente público, o vínculo se restará desfeito e o cargo vago.

b) **Demissão:** será cabível todas as vezes em que o servidor cometer infração funcional, prevista em lei e será punível com a perda do cargo público. A demissão está disposta na lei 8.112/90 em forma de sanção aplicada ao servidor que cometer.

Quaisquer das infrações dispostas no art. 132 que são configuradas como condutas consideradas graves. Em determinados casos, definidos pelo legislador, a demissão proporá de forma automática a indisponibilidade dos bens do servidor até que esse faça os devidos ressarcimentos ao erário. Em se tratando de situações mais extremas, o legislador vedará por completo a o retorno do servidor ao serviço público.

A penalidade deverá ser por meio de processo administrativo disciplinar no qual se observe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

# HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

## O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS RONDONIENSES, AOS POVOS INDÍGENAS, OS ESPANHÓIS EM MEADOS DO SÉCULO XVI

Os povos indígenas habitaram o atual território de Rondônia por milênios, como revelam estudos arqueológicos. Inicialmente atribuído à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, a exploração da área só começou no século XVIII, com missões religiosas que buscavam catequizar e pacificar os nativos. Em 1621, o território passou para administração portuguesa durante a União Ibérica e ficou sob o Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Expedições portuguesas, como as de Pedro Teixeira em 1637 e Raposo Tavares em 1647, percorreram a região dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, enfrentando dificuldades de navegação devido a cachoeiras. Na segunda metade do século XVII, os jesuítas espanhóis estabeleceram missões no vale do Rio Mamoré, na Bolívia.

O interesse aumentou após a descoberta de ouro no Mato Grosso em 1719, o que atraiu novos exploradores. Em 1728, foi fundada a missão de Santo Antônio das Cachoeiras (atual Porto Velho) no território de Rondônia.

O século XVIII trouxe disputas territoriais entre Portugal e Espanha, culminando no Tratado de Madrid em 1750, que confirmou a posse portuguesa do Mato Grosso, e na construção de fortes para proteção da fronteira, como o Forte Príncipe da Beira, concluído em 1783.

A região era estratégica pela navegação e foi palco de intensos conflitos e tentativas de povoamento e defesa, incentivadas por administrações como a do Marquês de Pombal, que criou a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Com a divisão administrativa do Brasil, Rondônia ficou entre as províncias do Rio Negro e Mato Grosso em 1821. A região amazônica se destaca pela vasta planície aluvial e uma floresta equatorial que integra diversos países sul-americanos. A colonização amazônica visava explorar riquezas minerais e vegetais e consolidar uma base mercantilista, enquanto exploradores como Vicente Pizón e Francisco Orellana lideraram importantes expedições pelos rios amazônicos nos séculos XVI e XVII.

### Primeiras Expedições

Desde a expedição de Vicente Pinzón em 1500, quando foi descoberta a foz do Rio Amazonas, até aproximadamente 1570, cerca de 24 expedições espanholas tentaram adentrar a Amazônia. Entre as mais notáveis, destacam-se a de Francisco de Orellana, em 1542, e a de Pedro de Ursua/Lopo de Aguirre, entre 1560-1561, que percorreram toda a extensão do Rio Solimões-Amazonas.

### Expedição de Francisco de Orellana

Após a conquista do Peru em 1532 pelas tropas de Francisco Pizarro, os espanhóis seguiram para explorar o noroeste da América do Sul e a Bacia Amazônica. Orellana tinha o objetivo de encontrar uma rota para especiarias, concorrendo com os portugueses. Sua expedição partiu de Cuzco, passando por Quito, com aproximadamente 220 espanhóis e cerca de 4 mil indígenas.

### Expedição de Pedro Teixeira

Durante a União Ibérica, Portugal recebeu ordens para explorar o oeste da Amazônia, então sob domínio espanhol. A expedição liderada por Pedro Teixeira partiu de São Luís, em julho, em direção a Belém, composta por 47 canoas, 70 portugueses, aproximadamente 2 mil indígenas remeiros e arqueiros, com Briebe e Toledo como guias, e chegou a Quito em 12 meses.

### Atuação dos Missionários na Amazônia Colonial

No século XVII, a Amazônia foi percorrida por diversos grupos: sertanistas em busca de “drogas do sertão,” expedições oficiais, tropas de apresamento, e missionários que buscavam catequizar e proteger os nativos. A presença portuguesa expandiu o território e resultou na fundação de vilas, fortes e missões ao longo dos rios Amazonas, Branco, Negro, Madeira, Tapajós e Xingu. D. João IV dividiu a região entre ordens religiosas, e os jesuítas se destacaram na defesa dos indígenas, com figuras como o Padre Antônio Vieira, que restaurou a autoridade jesuítica em 1680 e decretou a liberdade dos indígenas.

### Política Colonial Portuguesa e os Indígenas

O governo português implementou três estratégias para ocupar a Amazônia: criação de capitanias reais e hereditárias, missões religiosas (jesuítas, carmelitas, franciscanos e mercedários), e medidas que consideravam os indígenas livres, exceto em alguns casos previstos por lei, ficando sua integração sob responsabilidade missionária. As formas de inserção dos indígenas na sociedade incluíam o “descimento” (persuasão missionária) e o aldeamento.

### Tratados Importantes

- **Tratado de Tordesilhas (1494):** estabeleceu as áreas de domínio entre Portugal e Espanha sobre o mundo extraeuropeu.
- **Tratado de Lisboa (1681):** estipulou a devolução da Colônia do Sacramento à Espanha.
- **Primeiro Tratado de Utrecht (1713):** entre Portugal e França, definiu o rio Oiapoque como fronteira entre a Guiana e a Capitania do Cabo do Norte.
- **Segundo Tratado de Utrecht (1715):** entre Portugal e Espanha, resultou na devolução da Colônia do Sacramento a Portugal.
- **Tratado de El Pardo (1761):** anulou o Tratado de Madri.

– **Tratado de Santo Ildefonso (1777):** confirmou o Tratado de Madri, devolvendo a Portugal a ilha de Santa Catarina e entregando à Espanha a Colônia do Sacramento e a região dos Sete Povos.

#### Marquês de Pombal

Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas das colônias portuguesas, especialmente da Amazônia. Em 1798, o Diretório dos Índios foi abolido devido à corrupção e abusos das autoridades locais. Para proteger a Amazônia, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi criado em 1751, sob o comando de Francisco Furtado, meio-irmão de Pombal. No início do século XVII, Francisco Caldeira Castelo Branco foi enviado para expulsar estrangeiros da Amazônia, fundando o Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém.

O Estado de Rondônia foi oficialmente criado pela Lei Complementar 041, de 22 de dezembro de 1981, sancionada pelo presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo. O coronel Jorge Teixeira de Oliveira foi nomeado como seu primeiro governador em 29 de dezembro de 1981, e a instalação oficial ocorreu em 4 de janeiro de 1982.

#### Administração de Pombal

No século XVIII, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, implementou mudanças políticas e econômicas em Portugal, inspirado pelos ideais iluministas. Seu objetivo era reduzir a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra. Em 1750, o Tratado de Madri concedeu a Portugal a Amazônia e a região dos Sete Povos das Missões, enquanto a Espanha recuperou a Colônia de Sacramento.

A centralização política de Portugal visava explorar as riquezas da Amazônia. Como parte dessa estratégia, foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, monopolizando o comércio de “drogas do sertão,” anteriormente controlado pelos missionários.

#### Real Forte do Príncipe da Beira

Após a restauração da Coroa Portuguesa em 1640, ao fim da União Ibérica, intensificaram-se as disputas territoriais entre Portugal e Espanha, especialmente na América do Sul. Para proteger as fronteiras do Centro-Oeste brasileiro e as riquezas de Mato Grosso, como previsto no Tratado de Madrid (1750), foram erguidas várias fortificações ao longo dos rios fronteiriços, incluindo o Forte Coimbra (Corumbá - MS) e o Real Forte Príncipe da Beira, no atual município de Costa Marques, na margem direita do Rio Guaporé. Na Bolívia, Paraguai e Argentina, existiam missões jesuíticas espanholas que ameaçavam os territórios portugueses, levando a uma série de invasões e conflitos.

Apesar do Tratado de Madrid, os espanhóis tentaram retomar áreas anteriormente ocupadas, como a missão de Santa Rosa no Rio Guaporé. As primeiras fortificações na área foram destruídas tanto por incursões espanholas quanto por uma grande enchente em 1771. Para assegurar a navegação no Rio Guaporé, o Governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, auxiliado pelo engenheiro genovês Domingos Sambuceti, explorou a região em 1773 e encontrou um local mais adequado para a construção de uma fortaleza, dois quilômetros abaixo, na margem direita do Rio.

O Forte Príncipe da Beira, projetado em estilo Vauban, teve sua construção iniciada em 20 de junho de 1776 e foi inaugurado em 20 de agosto de 1783. Sob a supervisão de Sambuceti, o projeto foi adaptado ao longo do tempo e contou com a participação de brancos, escravos e indígenas. Centenas de trabalhadores perderam a vida, principalmente devido à malária, durante a construção.

#### Real Forte do Príncipe da Beira

Na face norte do Forte Príncipe da Beira, construído em plena floresta amazônica, uma inscrição em latim registra a fundação da fortificação em 20 de junho de 1776, em homenagem a D. José de Bragança, Príncipe da Beira.

Segundo Lourismar Barroso, que escreveu um livro sobre o Forte, estima-se que, em seu auge, abrigava mais de 800 pessoas. Construído para proteger as fronteiras brasileiras conforme o Tratado de Madrid (1750) e para defender as riquezas do Mato Grosso, o Forte era uma das maiores fortalezas coloniais no Brasil, atrás apenas da Cidade do Salvador, erguida em 1549.

O engenheiro Domingos Sambuceti, responsável pela obra, faleceu em 1780 devido à malária e foi substituído por Ricardo Franco de Almeida e Serra. Estrategicamente localizado em um terraço de dez metros acima do Rio Guaporé, o Forte tinha muralhas de cantaria com 10 metros de altura e perímetro de 970 metros, protegidas por quatro baluartes com 14 canhoneiras cada.

Em seu interior, abrigava quartéis, armazéns, um hospital, prisão, capela e cisterna, acessados por uma ponte levadiça sobre um fosso. O Forte, apesar de nunca ter sido atacado, cumpria a função de proteção territorial.

Em 1789, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira visitou o Forte em missão científica. Mas, em 1869, a construção já apresentava sinais de abandono, como relatado por Joaquim Ferreira Moutinho. Após a Proclamação da República, o Forte ficou sem assistência do Governo, sendo finalmente desocupado em 1895.

O abandono levou ao saque de suas instalações, com canhões e um sino de bronze levados. Equipamentos do Forte foram encontrados na Bolívia, indicando a exploração dos seringais por bolivianos.

A expedição de Cândido Rondon em 1911 registrou o abandono do Forte, enquanto um artigo de 1911 denunciava o descaso com o monumento histórico. Em 1913, outra expedição relatou a presença de algumas peças de artilharia, e a área foi parcialmente limpa pela empresa Madeira-Mamoré Railway. Rondon voltou ao Forte em 1930 e alertou as autoridades sobre a sua importância. Em 1950, o Forte foi tombado pelo SPHAN e atualmente o Iphan, em parceria com o Exército, desenvolve atividades de restauração e escavações arqueológicas na área.

O Forte Príncipe da Beira, localizado na margem direita do rio Guaporé, está aproximadamente a 25 km de Costa Marques, 395 km da BR-364 e 755 km da capital de Rondônia, Porto Velho, sendo o mais antigo monumento histórico do estado. A região atrai turistas e estudantes pela sua relevância histórica.

Durante o governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a construção do Forte iniciou-se em 20 de junho de 1776. Entre os engenheiros responsáveis estavam Domingos Sambuceti, italiano que faleceu de malária, e o português

Alexandre J. de Souza. Posteriormente, o sargento-mor Ricardo Franco assumiu a obra enfrentando desafios devido à escassez de materiais, epidemias e fome.

Trabalhadores vieram de São Paulo, Belém e Mato Grosso, enquanto a cal de pedra, trazida de Belém, foi transportada pelo rio Madeira. O Forte possui 970 metros de perímetro, muralhas de 10 metros de altura e 56 canhoneiras.

Após a conclusão em 1784, a guarnição militar foi formada, e a artilharia principal, com quatro canhões de bronze calibre 24, chegou de Belém em 1825, após cinco anos de transporte. O primeiro comandante do Forte foi José Mello de Souza Castro e Vilhena. Concebido por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, o Forte gradualmente perdeu sua importância estratégica devido ao declínio da atividade mineradora, do comércio fluvial e ao redirecionamento das tensões fronteiriças para o Vale do Paraguai.

O Forte acabou transformado em presídio e foi abandonado após a Proclamação da República. No início do século XX, o Marechal Cândido Rondon redescobriu o Forte e solicitou ao governo a instalação do Sétimo Pelotão de Fronteira, resgatando seu papel histórico.

#### Ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé

A Capitania do Grão-Pará e Maranhão visava povoar a região do Rio Madeira com o apoio de missões jesuítas para catequese indígena. Em 1734, o sargento-mor Francisco de Mello Palheta encontrou ouro, e, com a criação da Capitania de Mato Grosso, a ocupação intensificou-se.

#### Primeiras Iniciativas dos Portugueses na Amazônia

Em 1616, fundação do Forte do Presépio (Belém do Pará).

No século XVII, Pedro Teixeira e Aleixo Garcia realizaram expedições estratégicas para explorar e reivindicar territórios.

Entre 1723 e 1728, o padre João Sampayo fundou a Aldeia de Santo Antônio, a primeira povoação na margem direita do Rio Madeira.

A mineração no Mato Grosso prosperou até 1730, com a descoberta de ouro por Pascoal Moreira Cabral (1719) e Miguel Sutil (1722) em Cuiabá.

#### Exploração de Diamantes e Afluxo Populacional

Em 1747, a descoberta de diamantes em Diamantino atraiu aventureiros, embora a exploração tenha sido restrita pela Coroa. As expedições fluviais e as monções que partiam de São Paulo trouxeram governantes, religiosos, comerciantes, profissionais, escravos e aventureiros, aumentando substancialmente a população da região.

#### Fundação da Capitania de Mato Grosso

A Capitania de Mato Grosso foi criada em 9 de maio de 1748, com Dom Antônio Rolim de Moura como o primeiro governador. Em 1752, foi fundada a capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, para consolidar o território. As dificuldades de sobrevivência na fronteira incluíam queda na produção mineral e aumento das dívidas, o que levou ao comércio com missões espanholas do Guaporé.

#### Medidas de Expansão e Navegação

Em 1759, Rolim de Moura fundou o povoado de Nossa Senhora da Boa Viagem no Salto Grande do Rio Madeira, mas ataques indígenas, malária e fome impediram sua consolidação. Em 1798, foi aprovado um plano de navegação entre Belém e Vila Bela para impulsionar o comércio fluvial, apoiado por postos de apoio no Rio Madeira.

#### OS PORTUGUESES E O MOVIMENTO DOS BANDEIRANTES

Os jesuítas e bandeirantes foram os primeiros a explorar e ocupar a região do rio Madeira. O primeiro contato europeu com o rio ocorreu em 1542, quando o exploravam o local.

Em 1637, Pedro Teixeira liderou uma expedição portuguesa partindo de Cameté, no Grão-Pará, em direção a Quito, Vice-Reino do Peru. Ao passar pelas nascentes do rio Mamoré, ele navegou com sua comitiva em balsas rústicas, enfrentando corredeiras e cachoeiras até a foz do rio, seguindo pelo rio Cayari (Madeira) até sua desembocadura no Amazonas.

Durante essa viagem, Teixeira recebeu informações dos habitantes indígenas da ilha de Tupinambarana, que chamaram o curso de “Cayari” e o descreveram como origem de mont

Por volta de 1640, os jesuítas começaram a estabelecer contato com os tribos indígenas da região baixa do rio Madeira. Em 1669, os padres Manoel Pires e Grazoni fundaram a Missão Tupinambarana na ilha homônima, perto da foz do rio Madeira, com o propósito de catequizar os indígenas, consolidar o controle português e impedir o comércio local com os holandeses assentados no rio Negro.

A partir de 1687, os jesuítas estabeleceram várias missões ao longo do rio Madeira, formando alianças com as comunidades locais e expandindo a catequese e o comércio de especiarias, conhecidos como “drogas do sertão”, em aldeias como Abacaxis, Paranaparixaria, Canumã, Onicoré e Tarerise. Essa expansão missionária acompanhava o crescimento das atividades de coleta e escambo das especiarias, transformando

Paralelamente, bandeirantes como Antônio Raposo Tavares exploraram o rio Madeira. Em 1650, ele percorreu o rio Madeira até sua foz, atravessando o Amazonas e alcançando o Forte de Gurupá, no litoral do Grão-Pará, em 1651. Essa expedição, composta por 200 paulistas e 1.260 indígenas, saiu de São Paulo em 1647, contornando os rios Tietê, Paraná e Paraguai, invadindo as possessões espanholas e retornando ao Brasil pelo rio Madeira.

Essa série de expedições de jesuítas e bandeirantes desempenhou um papel crucial na consolidação do domínio português na região amazônica e na integração do Vale do Madeira ao território.

Para os missionários, catequizar os indígenas não quis apenas ensinar uma moral cristã, mas também retirá-los do que consideravam a barbárie e integrá-los à sociedade colonial. Entre os valores transmitidos aos povos indígenas foi, sobretudo, uma importância do trabalho. Assim, o objetivo era transformar o índio em um bom cidadão e trabalhador.

Durante a administração pombalina, marcada pela criação do Diretório dos Índios e pela expulsão dos jesuítas em 1759, os trabalhadores indígenas foram submetidos a uma nova ordem.

Nos quarenta anos de vigência do Diretório, o número de índios envolvidos nesse sistema se prejudicou dramaticamente: de cerca de 30 mil em 1757 para aproximadamente 19 mil em 1798. Sob essa administração, os indígenas enfrentaram trabalho excessivo e maus-tratos por parte de diretores coloniais e militares, que, ao contrário dos padres que lideravam as missões, eram rudes e despreparados.

Marquês de Pombal, contrário ao domínio jesuíta, acusou a ordem de praticar comércio ilegal e de instigar os povos indígenas contra a Coroa. O poder crescente dos jesuítas era visto como uma ameaça, e, após sua expulsão, toda a riqueza acumulada pela ordem foi confiscada e vendida: cerca de 135 mil cabeças de gado, 1.500 cavalos, 22 fazendas, edifícios, plantações de cacau, entre outros bens.

No século XVIII, os aldeamentos formados durante as missões dos séculos XVI e XVII foram convertidos em vilas ou aldeias. Pombal retirou o caráter religioso desses núcleos e buscou transformar os indígenas em trabalhadores livres. Em 1755, um decreto impediu que as missões controlassem essas aldeias, permitindo o acesso de qualquer colonizador. Embora o decreto assegurasse aos índios os mesmos direitos dos cidadãos livres, eles não tinham o direito de administrar suas próprias comunidades. Pombal substituiu os missionários por diretores portugueses, que passaram a supervisionar a mão de obra indígena nas novas vilas e aldeias.

### O TRATADO DE MADRI

O Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, na Espanha, por D. João V (Portugal) e D. Fernando VI (Espanha), buscou resolver as disputas territoriais entre os dois reinos ibéricos, substituindo o Tratado de Tordesilhas (1494) e estabelecendo novas fronteiras na América do Sul.

No acordo, Portugal cedeu a Colônia do Sacramento (localizada no atual Uruguai) à Espanha, enquanto esta entregou a região dos Sete Povos das Missões a Portugal.

O embaixador brasileiro Alexandre de Gusmão (1695-1753), representando D. João V, defendeu o princípio do “uti possidetis, ita possideatis”, que assegura a posse do território a quem o ocupa. Como os portugueses já habitavam os Sete Povos das Missões, a Espanha aceitou o argumento, reconhecendo a posse portuguesa da margem oriental do Rio Guaporé e fixando limites territoriais entre os reinos na América do Sul.

### O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO E A PRODUÇÃO DA BARRACA, OS CONFLITOS NA REGIÃO DO ATUAL ESTADO DE RONDÔNIA

#### Descobrimiento e Colonização do Vale do Rio Madeira

Os primeiros contatos europeus com o rio Madeira começaram em 1542, quando Francisco Orellana, vindo dos Andes (Peru), desceu o rio Amazonas e nomeou-o “Rio Grande” ao chegar em sua foz. Em 1560, Nuflo de Chavez, saindo de Santa

Cruz de La Sierra (atual Bolívia), percorreu o curso completo do rio Madeira desde a sua formação, na confluência dos rios Beni e Mamoré, até sua junção com o Amazonas.

Os holandeses também mantinham relações comerciais com os indígenas do baixo Madeira desde 1615, trocando produtos por especiarias. Em 1637, Pedro Teixeira liderou uma expedição portuguesa partindo do Grão-Pará rumo a Quito, e ao passar pela foz do Madeira, nomeou o rio em razão dos troncos de madeira que boiavam em suas águas.

Em 1650, Antônio Raposo Tavares percorreu o Madeira com sua bandeira, composta por mamelucos e indígenas, consolidando a presença luso-brasileira na região e informando Lisboa sobre o potencial econômico e as populações do vale do rio.

Com o controle consolidado da foz do Amazonas e a expulsão de franceses, ingleses e holandeses, os portugueses iniciaram a colonização do Vale Amazônico, estabelecendo fortificações militares, núcleos agropecuários e missões religiosas ao longo dos rios. Os jesuítas, desde 1640, iniciaram contatos com as tribos do baixo Madeira. Em 1669, liderados pelos padres Manoel Pires e Grazoni, fundaram a missão Tupinambara na ilha de mesmo nome, próxima à foz do Madeira, com o intuito de centralizar a catequese, apoiar a colonização do vale e interromper o comércio entre indígenas e holandeses.

A partir da missão Tupinambara, os jesuítas instalaram várias outras missões ao longo do Madeira, incluindo Abacaxis, Paranaparixaria, Canumã, Onicoré e Tarerise. Em 1689, os padres José Barreiros e João Ângelo Bononi estabeleceram uma missão entre os índios Iruris. As missões não apenas desempenhavam atividades religiosas e catequéticas, mas também serviam como entrepostos comerciais, promovendo o escambo de especiarias e produtos locais, conhecidos como “drogas do sertão”, com comerciantes do Grão-Pará.

As atividades missionárias enfrentavam obstáculos à sua expansão devido à resistência das nações indígenas, especialmente dos Tora, Mura, Mundurukos e Parintintin. A partir de 1715, as hostilidades aumentaram após o ataque do capitão João de Barros Guerra, sob ordens do governador do Grão-Pará, Christóvão de Costa Freire, que expulsou os Toras da foz do rio Madeira, perseguindo-os até além do Manicoré. Essa repressão ocorreu em resposta à expulsão dos colonos do rio Madeira pelos indígenas, que retaliaram por terem sido escravizados e vendidos.

Os Murus foram atacados por tropas de resgate lideradas pelo capitão Diogo Pinto Gaya (1718-1722) em Maicy, resultando na prisão de mais de quarenta indígenas, que foram levados para Santa Maria do Grão-Pará. Essas ações bélicas não apenas perpetuaram um estado de guerra entre os Muras, Toras e Parintintins, mas também geraram desconfiança entre outras nações em relação às intenções dos padres e colonos.

Apesar da resistência indígena à invasão de seus territórios, as atividades missionárias e comerciais continuaram a se expandir. Os padres estabeleceram missões e os comerciantes fluviais aumentaram sua presença, percorrendo os baixos cursos do rio Madeira e seus afluentes, como o rio Jamari, rico em cacau, trocando ferramentas e produtos manufaturados por especiarias da floresta com os índios, enquanto mantinham controle sobre esse comércio lucrativo.

# CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

## PLANEJAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O planejamento da prática pedagógica é um dos pilares da educação eficaz. Ele não apenas organiza o conteúdo a ser trabalhado ao longo do ano letivo, mas também define objetivos, seleciona estratégias e prevê maneiras de avaliar a aprendizagem dos estudantes. A prática pedagógica bem planejada permite ao professor agir com intencionalidade, garantindo que cada atividade em sala de aula contribua para o desenvolvimento das competências esperadas dos alunos. Nesta análise, exploraremos a importância do planejamento pedagógico e os elementos essenciais que compõem uma prática docente bem-estruturada, abordando também o papel da adaptação nas rotinas escolares e como o professor pode flexibilizar e adequar seu planejamento para responder a diferentes necessidades da turma.

### A Importância do Planejamento na Prática Pedagógica

O planejamento pedagógico é uma ferramenta essencial para alcançar os objetivos educacionais estabelecidos, pois confere intencionalidade e direção ao trabalho docente. Quando um professor planeja suas aulas, ele seleciona metodologias de ensino adequadas, prevê desafios de aprendizagem e se prepara para respondê-los com estratégias eficazes. Esse processo aumenta a clareza sobre o que se espera dos estudantes e promove um ambiente de ensino mais estruturado. Além disso, o planejamento previne a improvisação, permitindo que o professor otimize o tempo em sala de aula e mantenha um ritmo adequado ao desenvolvimento dos conteúdos. Para os estudantes, a aula planejada oferece uma experiência de aprendizado contínua e coesa, o que facilita a construção do conhecimento e estimula o engajamento com o conteúdo.

### Componentes Essenciais de um Plano Pedagógico Eficaz

Um plano pedagógico eficaz envolve componentes específicos que orientam as ações do professor e promovem a aprendizagem dos estudantes. Dentre esses componentes, destacam-se:

- **Objetivos e competências:** Definir o que se espera que os estudantes aprendam é o primeiro passo. Objetivos claros permitem a avaliação do progresso e ajudam a ajustar o ensino de acordo com as necessidades.

- **Conteúdos:** A seleção e organização do conteúdo a ser trabalhado devem ser feitos de forma progressiva, respeitando o nível de dificuldade e a relação com os objetivos traçados.

- **Estratégias de ensino:** As metodologias aplicadas devem ser variadas e adequadas ao conteúdo e ao perfil dos estudantes, incluindo recursos como aulas expositivas, projetos, atividades práticas e debates.

- **Recursos didáticos:** Materiais como livros, vídeos, softwares educativos e até o uso de plataformas digitais são selecionados de acordo com as necessidades do conteúdo e as competências a serem desenvolvidas.

- **Avaliação:** A escolha dos métodos de avaliação, tanto formativos como somativos, é essencial para monitorar o aprendizado dos alunos e fazer ajustes no ensino.

Esses componentes juntos ajudam a criar um plano pedagógico coerente e alinhado às necessidades dos estudantes, facilitando a prática docente.

### Etapas do Planejamento Pedagógico

O planejamento pedagógico segue etapas que organizam o trabalho docente de forma sistemática. As principais etapas são:

1. **Análise do contexto:** Conhecer o perfil dos alunos, os recursos da escola e o currículo é essencial para que o planejamento seja realista e adaptado às necessidades da turma.

2. **Definição dos objetivos:** Com base na análise do contexto, o professor define os objetivos de aprendizagem, detalhando as competências e habilidades que deseja desenvolver nos alunos.

3. **Seleção de conteúdos e estratégias:** Após estabelecer os objetivos, é preciso escolher os conteúdos e as estratégias que se adequem ao propósito da aula, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos estudantes.

4. **Organização do cronograma:** O tempo de ensino deve ser distribuído de forma que todos os conteúdos sejam abordados, respeitando o ritmo de aprendizagem dos alunos.

5. **Avaliação e revisão:** O plano é implementado, e o professor avalia o processo de ensino-aprendizagem, revisando o plano conforme necessário para garantir que as metas estão sendo atingidas.

Esse processo cíclico de planejar, executar, avaliar e ajustar permite ao professor aprimorar continuamente sua prática pedagógica.

### Adaptação e Flexibilização do Planejamento em Sala de Aula

Mesmo com um planejamento bem elaborado, é comum que ajustes sejam necessários no dia a dia escolar. A flexibilidade é essencial para responder a imprevistos e adequar a prática docente às mudanças. Situações como a necessidade de reexplicar um conteúdo, questões comportamentais ou novas exigências curriculares podem exigir que o professor adapte seu plano de aula. Nesse sentido, a avaliação constante do aprendizado dos alunos permite ao docente identificar possíveis lacunas ou dificuldades específicas e, assim, adaptar sua abordagem metodológica para que os objetivos sejam alcançados. Ferramentas como

a diferenciação pedagógica e o uso de metodologias ativas são estratégias de adaptação que permitem um ensino mais individualizado e inclusivo, beneficiando alunos com diferentes perfis de aprendizagem.

### Conclusão

O planejamento da prática pedagógica é fundamental para o sucesso do processo educativo, pois organiza e estrutura o ensino, promovendo um aprendizado significativo. Para que o planejamento seja efetivo, o professor precisa articular objetivos claros, conteúdos relevantes e estratégias de ensino que favoreçam o desenvolvimento dos estudantes. Além disso, a prática pedagógica exige uma postura flexível e adaptável, que permita ajustes constantes e resposta às demandas do contexto escolar. Um planejamento bem-feito e dinâmico se reflete em uma sala de aula ativa e participativa, onde o aprendizado é construído de forma coletiva e significativa.

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS

### — Conceito de Práticas Pedagógicas Transformadoras

As práticas pedagógicas transformadoras surgem como um modelo educacional inovador, que vai além da simples transmissão de conteúdos e visa promover uma educação que forme indivíduos críticos, reflexivos e atuantes socialmente. Esse conceito é fundamentado em uma educação dialógica e libertadora, onde o processo de ensino-aprendizagem é ativo e colaborativo, estimulando o aluno a se tornar um sujeito consciente de sua realidade e capaz de transformá-la.

Essas práticas buscam superar modelos tradicionais de ensino, caracterizados pela “educação bancária”, termo cunhado por Paulo Freire, em que o conhecimento é depositado pelo professor e apenas absorvido pelo aluno. Em contraponto, as práticas pedagógicas transformadoras encorajam a construção conjunta do conhecimento, onde aluno e professor são parceiros ativos e igualmente envolvidos no processo educativo.

### Princípios e Características das Práticas Pedagógicas Transformadoras

— **Educação Crítica e Conscientizadora:** As práticas pedagógicas transformadoras promovem uma educação crítica, em que os alunos são incentivados a refletir sobre o mundo ao seu redor, questionando normas, valores e estruturas sociais. A ideia central é desenvolver a conscientização, ou seja, a capacidade de compreender as condições sociais, econômicas e políticas que afetam suas vidas e de outros ao seu redor.

— **Desenvolvimento do Protagonismo e Autonomia:** O aluno é visto como protagonista de sua própria aprendizagem. As práticas pedagógicas transformadoras enfatizam a autonomia, capacitando o aluno a fazer escolhas conscientes, resolver problemas e tomar decisões que contribuam para seu desenvolvimento pessoal e social.

— **Diálogo e Horizontalidade:** Diferente da tradicional relação vertical entre professor e aluno, as práticas pedagógicas transformadoras promovem uma relação horizontal, onde o diálogo é central. Essa interação respeitosa e aberta permite que o conhecimento flua em ambas as direções e que a diversidade de experiências e perspectivas seja valorizada.

— **Integração com o Contexto Social e Cultural:** Esse modelo de prática educativa procura relacionar os conteúdos ensinados com a realidade vivida pelos alunos, respeitando e incluindo sua cultura, valores e saberes prévios. Assim, o processo educativo se torna relevante e significativo, pois conecta o conhecimento teórico às vivências práticas dos estudantes.

— **Formação de Valores para a Cidadania:** Além do aprendizado cognitivo, as práticas pedagógicas transformadoras se preocupam com a formação de valores éticos e de cidadania. Esse tipo de prática visa desenvolver competências socioemocionais, como empatia, respeito à diversidade, e consciência social, essenciais para a convivência em uma sociedade pluralista e democrática.

### Influências Teóricas

As práticas pedagógicas transformadoras se fundamentam em várias teorias e pensadores, destacando-se Paulo Freire, que propõe uma pedagogia libertadora onde a educação é vista como uma prática de liberdade. Outros autores, como John Dewey, sugerem que a educação deve ser prática e baseada na experiência, conectando-se com o cotidiano dos estudantes para tornar a aprendizagem mais eficaz.

Vygotsky, com a teoria sociocultural, também contribui para esse conceito, pois reforça a ideia de que o aprendizado é uma construção coletiva, que ocorre no contexto das interações sociais.

### A Importância das Práticas Pedagógicas Transformadoras

O principal objetivo dessas práticas é criar condições para uma educação que possibilite ao aluno compreender criticamente seu papel na sociedade e desenvolver habilidades para intervir e transformá-la. Esse modelo de ensino visa não apenas o sucesso acadêmico, mas também a formação de cidadãos conscientes e ativos, que contribuam para uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Assim, ao implementar práticas pedagógicas transformadoras, o educador promove uma educação integral que integra aspectos cognitivos, emocionais e sociais, formando indivíduos capazes de lidar com os desafios contemporâneos e atuar em prol de mudanças positivas na sociedade.

### — Fundamentos Teóricos das Práticas Pedagógicas Transformadoras

As práticas pedagógicas transformadoras estão ancoradas em um conjunto de teorias e concepções de educação que priorizam o desenvolvimento integral e a formação crítica do indivíduo, buscando torná-lo um agente de mudança em sua realidade. Entre os principais teóricos que fundamentam essa abordagem estão Paulo Freire, John Dewey e Lev Vygotsky, cujas contribuições teóricas moldaram a forma como entendemos a educação crítica, participativa e socialmente engajada.

### Paulo Freire e a Pedagogia Crítica

Paulo Freire é um dos maiores expoentes das práticas pedagógicas transformadoras, com seu conceito de pedagogia crítica ou pedagogia libertadora. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido” (1970), Freire desenvolve a ideia de uma educação que liberte os indivíduos da opressão social, política e econômica, promovendo a conscientização — ou seja, a capacidade de entender criticamente a realidade para, então, transformá-la.

**Conceitos-chave na teoria de Freire:**

– **Educação Bancária vs. Educação Problematicadora:** Freire critica a “educação bancária”, em que o professor deposita conhecimento no aluno, que o recebe passivamente. Em oposição, a “educação problematicadora” incentiva o aluno a questionar, refletir e se envolver ativamente, reconhecendo-se como sujeito do aprendizado.

– **Diálogo e Conscientização:** A prática educativa deve ocorrer por meio do diálogo entre professor e aluno, numa relação horizontal. Esse diálogo promove a conscientização, um processo que permite ao aluno reconhecer e criticar as estruturas de opressão presentes em sua realidade.

– **Educação como Prática da Liberdade:** Freire argumenta que a educação deve ser uma ferramenta de transformação social, possibilitando que os oprimidos se libertem de condições de desigualdade, desenvolvendo a capacidade de pensar criticamente e agir sobre o mundo.

A aplicação das ideias de Freire em sala de aula passa por incentivar os estudantes a participarem ativamente na construção do conhecimento, trazendo suas experiências e discutindo criticamente temas sociais e culturais. Esse processo educativo transforma a sala de aula em um espaço de diálogo e cidadania ativa.

**John Dewey e a Educação Progressiva**

John Dewey, filósofo e educador americano, também é uma figura essencial para as práticas pedagógicas transformadoras. Em suas obras, Dewey defende uma educação democrática e experiencial, onde o aprendizado deve estar conectado à vida do aluno e ter uma função prática.

– **Conceitos-chave na teoria de Dewey:**

– **Educação como Experiência:** Para Dewey, o aprendizado deve ocorrer por meio de experiências práticas e significativas para o aluno. Ele acredita que a educação é um processo contínuo e que as experiências reais são essenciais para o desenvolvimento intelectual e moral.

– **Interação e Continuidade:** Dewey introduz os conceitos de “continuidade” e “interação” para descrever como a experiência educativa deve evoluir a partir das experiências passadas do aluno e ser influenciada pelas interações sociais. A escola, assim, é vista como um laboratório onde o aluno vivencia experiências de cidadania e democracia.

– **Aprendizado Colaborativo:** Dewey defende que o aprendizado deve ser colaborativo e social, enfatizando a importância das interações e do trabalho em grupo, onde o aluno aprende a respeitar e entender diferentes pontos de vista.

Dewey contribui para as práticas transformadoras ao sugerir que o ambiente escolar deve estimular a curiosidade, a investigação e o desenvolvimento de habilidades críticas, preparando os alunos para uma vida participativa na sociedade.

**Lev Vygotsky e a Teoria Sociocultural**

Lev Vygotsky, psicólogo russo, é conhecido por sua teoria sociocultural, que enfatiza a importância das interações sociais para o desenvolvimento cognitivo. Para Vygotsky, o conhecimento é construído em sociedade, por meio de interações mediadas pela cultura e pela linguagem.

– **Conceitos-chave na teoria de Vygotsky:**

– **Mediação e Interação Social:** Vygotsky defende que o aprendizado ocorre a partir da interação social, sendo o conhecimento mediado pelo ambiente cultural e pelos pares. O professor, ou outro aluno mais experiente, atua como mediador, ajudando o aluno a acessar novos saberes.

– **Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):** Um dos conceitos mais importantes de Vygotsky, a ZDP refere-se ao nível de desenvolvimento que o aluno pode atingir com a ajuda de um mediador. Dessa forma, o aprendizado é um processo em que o aluno se apropria de novos conhecimentos que, inicialmente, estão além de seu alcance individual.

– **A importância da linguagem:** Vygotsky acredita que a linguagem é fundamental para o desenvolvimento do pensamento. Através da comunicação, o aluno organiza o pensamento e aprende a expressar suas ideias, desenvolvendo habilidades essenciais para o pensamento crítico.

A aplicação das ideias de Vygotsky nas práticas transformadoras passa por valorizar o trabalho em grupo, a colaboração e o papel ativo do professor como mediador, promovendo uma aprendizagem contextualizada e socialmente significativa.

**Outros Contribuintes e Abordagens Complementares**

Além de Freire, Dewey e Vygotsky, outras abordagens influenciam as práticas pedagógicas transformadoras:

– **Jean Piaget e a Aprendizagem Ativa:** Piaget contribui ao enfatizar a importância do desenvolvimento cognitivo e do aprendizado ativo, onde o aluno constrói o conhecimento a partir de sua interação com o ambiente.

– **Teoria da Educação Popular:** Associada a movimentos sociais, essa abordagem defende uma educação voltada às necessidades da comunidade e à formação política, sendo influenciada pelos ideais freireanos de empoderamento e justiça social.

As práticas pedagógicas transformadoras se fundamentam na ideia de que a educação deve ser uma ferramenta de emancipação, ajudando os alunos a entender e transformar a sociedade. Essa visão da educação se afasta de um modelo transmissivo e adota uma abordagem participativa, dialógica e contextualizada, onde o aluno é um protagonista ativo. A combinação das ideias de Freire, Dewey e Vygotsky oferece um modelo educacional que privilegia o diálogo, a experiência prática e a mediação social, promovendo uma formação integral e cidadã.

Esses fundamentos são essenciais para criar práticas educacionais que, além de ensinar conteúdos, capacitam os alunos a desenvolverem consciência crítica, autonomia e compromisso social, pilares de uma educação transformadora.

– **Objetivos e Características das Práticas Pedagógicas Transformadoras**

As práticas pedagógicas transformadoras buscam uma educação que forme não apenas indivíduos competentes academicamente, mas cidadãos críticos, conscientes e capazes de atuar em sua realidade de maneira reflexiva e transformadora. Diferentes das abordagens tradicionais, essas práticas promovem uma relação dialógica e participativa, onde o conhecimento é construído coletivamente.

Neste contexto, os principais objetivos e características das práticas estão relacionados ao desenvolvimento da autonomia, do protagonismo, da criticidade e da responsabilidade social.

### Objetivos das Práticas Pedagógicas Transformadoras

#### – Desenvolver a Consciência Crítica e a Conscientização:

Inspirado por Paulo Freire, um dos objetivos centrais é a formação de uma consciência crítica, em que os alunos compreendem as estruturas sociais e culturais que os envolvem e conseguem analisá-las criticamente. A ideia de conscientização (\_conscientização\_), fundamental para Freire, busca promover uma educação que permita ao aluno identificar opressões, desigualdades e possibilidades de transformação na sociedade.

#### – Promover o Protagonismo e a Autonomia dos Estudantes:

Práticas pedagógicas transformadoras têm como foco o desenvolvimento da autonomia, permitindo que o aluno se torne um agente ativo no processo de aprendizado. Os alunos são incentivados a fazer escolhas, tomar decisões e participar ativamente do processo educativo, tornando-se protagonistas de suas próprias trajetórias.

#### – Formar Cidadãos Participativos e Engajados:

Essas práticas promovem uma educação voltada para a cidadania, incentivando o aluno a entender e respeitar os valores democráticos e a exercer sua cidadania de maneira plena. Isso significa preparar os alunos para que possam contribuir de forma ética, justa e empática em uma sociedade pluralista, com respeito às diversidades.

#### – Desenvolver Habilidades Socioemocionais:

Além do desenvolvimento cognitivo, as práticas pedagógicas transformadoras também valorizam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, cooperação, resiliência e comunicação. Tais habilidades são essenciais para a convivência harmoniosa em sociedade e para a resolução de conflitos de forma pacífica.

#### – Promover a Interdisciplinaridade e o Aprendizado Significativo:

O objetivo é conectar o aprendizado a contextos reais e promover a interdisciplinaridade, para que os conteúdos escolares sejam aplicáveis e relevantes para o cotidiano dos alunos. Isso facilita a compreensão holística dos problemas e promove a construção de um conhecimento mais profundo e significativo.

### Características das Práticas Pedagógicas Transformadoras

As práticas pedagógicas transformadoras possuem características específicas que as diferenciam de métodos tradicionais de ensino. Elas se destacam pela abordagem participativa e dialógica, pela contextualização dos conteúdos e pelo foco na formação integral dos alunos. Abaixo, exploramos as principais características:

#### – Diálogo como Ferramenta Pedagógica:

O diálogo é o centro das práticas pedagógicas transformadoras. Ao contrário de uma educação autoritária, que impõe o conhecimento, o diálogo promove a troca mútua de saberes en-

tre professor e aluno. Isso valoriza as experiências prévias dos alunos, criando um espaço de aprendizado horizontal e colaborativo.

#### – Relação Horizontal e Inclusiva:

Em vez de uma relação vertical entre professor e aluno, as práticas transformadoras promovem uma relação horizontal. O professor assume o papel de mediador e facilitador, e o aluno é incentivado a contribuir, questionar e sugerir alternativas. Essa dinâmica inclusiva valoriza as diferentes perspectivas e permite que cada aluno se sinta parte ativa do processo de aprendizado.

#### – Centralidade da Experiência e do Contexto Social:

Inspirada por Dewey e Vygotsky, essa característica enfatiza a importância da experiência e da relação entre conteúdo e contexto social. Os conteúdos são abordados de forma que se relacionem diretamente com a realidade dos alunos, tornando o aprendizado relevante e motivador. Dessa forma, a aprendizagem ocorre de maneira mais profunda e duradoura.

#### – Enfoque em Projetos e Solução de Problemas:

As práticas pedagógicas transformadoras frequentemente utilizam métodos como o aprendizado baseado em projetos e o aprendizado baseado em problemas (ABP). Essas metodologias incentivam os alunos a explorar questões reais, que exigem pesquisa, cooperação e solução prática. Esse tipo de prática também favorece a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos.

#### – Valorização da Diversidade e Inclusão:

Outro aspecto central é o respeito à diversidade. Em uma sala de aula que adota práticas pedagógicas transformadoras, cada aluno é valorizado em sua individualidade, com reconhecimento de suas diferenças culturais, sociais, econômicas e cognitivas. Isso cria um ambiente de inclusão e respeito, onde os estudantes aprendem a conviver com a pluralidade de opiniões e perspectivas.

#### – Avaliação Processual e Formativa:

A avaliação nas práticas transformadoras vai além das provas e dos exames tradicionais, adotando uma abordagem formativa e contínua. O progresso do aluno é acompanhado ao longo do processo, considerando não apenas o domínio do conteúdo, mas também seu envolvimento, criatividade, autonomia e capacidade crítica. Feedbacks constantes e personalizados orientam o estudante sobre seus pontos fortes e áreas para desenvolvimento, incentivando-o a se aprimorar continuamente.

### Síntese: Como os Objetivos e Características se Conectam

As práticas pedagógicas transformadoras visam formar cidadãos críticos e atuantes, promovendo uma educação que seja ao mesmo tempo pessoal, social e academicamente relevante. Ao adotar uma postura dialógica e centrada no aluno, a prática pedagógica transformadora oferece uma formação que ultrapassa os limites da sala de aula, preparando o aluno para ser um agente de mudança na sociedade.

Essa abordagem transforma a escola em um espaço de prática cidadã, onde o aprendizado não é apenas sobre conteúdos acadêmicos, mas também sobre habilidades socioemocionais, pensamento crítico e comprometimento social. Ao valorizar o contexto e a experiência do aluno, as práticas pedagógicas trans-

# CONHECIMENTOS NA ÁREA DE FORMAÇÃO

## PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM E AS TEORIAS DE APRENDIZAGEM

### Introdução ao Processo de Ensino e Aprendizagem

O processo de ensino e aprendizagem é uma atividade complexa e multidimensional que se baseia na interação entre quem ensina e quem aprende. Trata-se de um fenômeno que vai além da simples transmissão de conteúdos, pois envolve a formação de competências, habilidades, atitudes e valores. No contexto educacional, esses processos exigem um esforço conjunto dos professores, que atuam como mediadores do conhecimento, e dos alunos, que participam ativamente na construção de seu próprio saber. Este processo não é uniforme e, portanto, deve ser moldado conforme as necessidades e o perfil de cada estudante, o que torna fundamental a compreensão das diferentes teorias de aprendizagem.

As teorias de aprendizagem oferecem modelos e princípios que ajudam a entender como o conhecimento é adquirido, processado e retido. São essas teorias que orientam a prática pedagógica, fornecendo base para o desenvolvimento de métodos e estratégias de ensino que visam potencializar a capacidade de aprendizado dos alunos. Neste texto, exploraremos as principais teorias que embasam o processo de ensino e aprendizagem, incluindo o behaviorismo, o cognitivismo, o construtivismo e o sociointeracionismo. Com isso, pretendemos oferecer uma visão abrangente sobre como essas teorias influenciam as práticas educacionais e auxiliam na criação de ambientes de aprendizagem mais eficazes.

### Principais Teorias de Aprendizagem

Ao longo do tempo, diferentes teorias de aprendizagem foram desenvolvidas para explicar como o ser humano aprende. Essas teorias podem ser classificadas em diversas abordagens, cada uma com pressupostos distintos sobre o papel do aluno e do professor no processo educativo. As quatro principais teorias que influenciam o ensino contemporâneo são:

- **Behaviorismo:** Enfatiza a aprendizagem através de estímulos e respostas, considerando que o comportamento humano é moldado por reforços. A prática educacional nesse modelo é centrada no controle dos estímulos para obter respostas desejadas.

- **Cognitivismo:** Baseado na ideia de que o aprendizado é um processo interno de assimilação e organização de informações. Esta abordagem valoriza o conhecimento prévio do aluno e como ele processa e interpreta novas informações.

- **Construtivismo:** Propõe que o aluno construa ativamente seu conhecimento a partir de interações com o meio ambiente e experiências vivenciadas, sendo o professor um facilitador desse processo.

- **Sociointeracionismo:** Enfatiza a aprendizagem através da interação social, sugerindo que o conhecimento é construído por meio do diálogo e da cooperação. Destaca-se, aqui, a importância do contexto social e cultural para o aprendizado.

Cada uma dessas teorias oferece ferramentas e estratégias únicas que podem ser combinadas para atender às necessidades individuais dos alunos. A seguir, veremos cada uma dessas teorias em maior detalhe.

### Behaviorismo: Estímulo e Reforço no Ensino e Aprendizagem

O behaviorismo, uma das primeiras teorias modernas de aprendizagem, foi desenvolvido no início do século XX por estudiosos como John Watson e B.F. Skinner. Essa abordagem sustenta que a aprendizagem ocorre através de associações entre estímulos e respostas, sendo moldada pelo reforço — positivo ou negativo. Para Skinner, o comportamento humano é determinado por suas consequências, o que significa que, ao recompensar ou punir determinados comportamentos, é possível moldar o comportamento do aluno.

No contexto educacional, essa teoria aplica-se em estratégias que envolvem o uso de reforços para estimular a aprendizagem, como o uso de prêmios, elogios e incentivos quando o aluno apresenta o comportamento desejado. Além disso, o ensino programado, onde o conteúdo é apresentado em etapas graduais e com feedback constante, também é uma aplicação prática do behaviorismo. A principal crítica ao behaviorismo é a sua visão reducionista do ser humano, pois foca no comportamento observável e desconsidera os processos mentais internos, fundamentais no processo de aprendizagem.

### Cognitivismo: O Papel do Conhecimento Prévio e Processamento de Informações

O cognitivismo surge em oposição ao behaviorismo, defendendo que o aprendizado é um processo mental ativo, em que o aluno assimila e organiza informações, interpretando-as e relacionando-as com conhecimentos prévios. Dois dos principais teóricos do cognitivismo são Jean Piaget, com sua teoria dos estágios do desenvolvimento cognitivo, e David Ausubel, que introduziu o conceito de aprendizagem significativa.

Para Piaget, a aprendizagem ocorre por meio de dois processos principais: assimilação e acomodação. Na assimilação, o aluno incorpora novas informações a esquemas já existentes, enquanto, na acomodação, o esquema é modificado para se adaptar a novas informações. Ausubel, por outro lado, defende que o

conhecimento prévio do aluno é o fator mais importante para a aprendizagem, e que a nova informação deve ser relacionada a esse conhecimento para ser verdadeiramente compreendida. Na prática educacional, essa abordagem se traduz na importância de identificar e ativar o conhecimento prévio dos alunos antes de introduzir novos conteúdos, e no uso de organizadores prévios como mapas conceituais para auxiliar na compreensão do conteúdo.

### **Construtivismo e Sociointeracionismo: O Papel do Aluno na Construção do Conhecimento**

O construtivismo, influenciado por Jean Piaget, considera que o conhecimento é construído ativamente pelo aluno a partir de suas experiências. No construtivismo, o aluno é visto como protagonista de sua aprendizagem, sendo o professor um facilitador que deve incentivar a autonomia e o pensamento crítico. Piaget argumenta que, ao resolver problemas e explorar situações, o aluno desenvolve estruturas cognitivas que o ajudam a entender o mundo.

Paralelamente ao construtivismo, temos o sociointeracionismo, teoria desenvolvida por Lev Vygotsky, que enfatiza a importância da interação social no processo de aprendizagem. Segundo Vygotsky, o conhecimento é construído através da interação com o outro, e é nessa troca que ocorre a internalização de conceitos e habilidades. Um conceito central no sociointeracionismo é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que define a diferença entre o que o aluno consegue realizar sozinho e o que ele consegue realizar com ajuda. Assim, o papel do professor é criar oportunidades de interação que explorem essa zona, promovendo um aprendizado colaborativo e dialógico.

### **Conclusão: A Importância das Teorias no Processo Educacional**

Compreender as diferentes teorias de aprendizagem é fundamental para desenvolver práticas pedagógicas eficazes que considerem as especificidades de cada aluno e o contexto de ensino. O behaviorismo, com seu foco no reforço, pode ser útil em situações que demandam motivação extrínseca e disciplina. O cognitivismo, ao enfatizar o conhecimento prévio e o processamento de informações, valoriza a estruturação lógica do conteúdo. O construtivismo, por sua vez, apoia-se na construção ativa do conhecimento, promovendo a autonomia do aluno, enquanto o sociointeracionismo destaca a importância da interação social, reforçando a dimensão coletiva e cultural do aprendizado.

A aplicação dessas teorias no contexto educacional contribui para a formação de cidadãos críticos, autônomos e cooperativos. Educadores que entendem essas abordagens podem criar ambientes de aprendizagem ricos e diversificados, capazes de responder às necessidades de alunos com perfis e estilos de aprendizagem distintos. Dessa forma, as teorias de aprendizagem não apenas fundamentam a prática pedagógica, mas também promovem uma educação mais inclusiva e significativa, que prepara os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.

## RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

### **Introdução: O Papel da Relação Professor-Aluno na Educação**

A relação entre professor e aluno é um dos elementos mais influentes no ambiente educacional e no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes. Esse vínculo transcende o aspecto técnico da transmissão de conhecimento e envolve fatores emocionais, sociais e motivacionais que são fundamentais para uma aprendizagem significativa. Um professor que estabelece uma conexão respeitosa e empática com seus alunos consegue engajá-los de forma mais efetiva, incentivando o interesse pelo conteúdo e estimulando a autoestima e a confiança dos estudantes no processo de aprendizado.

Estudos mostram que a qualidade da relação professor-aluno está diretamente ligada ao desempenho escolar, uma vez que os alunos que se sentem valorizados tendem a ser mais motivados e participativos. Essa relação é particularmente relevante em contextos educativos nos quais o aluno enfrenta dificuldades, pois o apoio do professor pode ser um diferencial crucial. Neste texto, abordaremos como a relação professor-aluno impacta o aprendizado, os fatores que contribuem para a construção de um vínculo positivo, os desafios envolvidos e as estratégias para fortalecer essa relação no contexto escolar.

### **Impactos da Relação Professor-Aluno no Aprendizado**

Uma relação saudável entre professor e aluno beneficia a aprendizagem de diversas maneiras. Primeiramente, esse vínculo contribui para a criação de um ambiente seguro e acolhedor, onde o aluno se sente livre para expressar suas dúvidas e dificuldades sem receio de julgamentos. Essa sensação de segurança é essencial para o desenvolvimento da autoconfiança e do senso de pertencimento, aspectos fundamentais para o engajamento e a persistência nos estudos. Além disso, a interação positiva favorece o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, autocontrole e capacidade de trabalhar em equipe, competências cada vez mais valorizadas no contexto educacional e profissional.

Outro impacto importante é o aumento da motivação e do interesse pelo conteúdo. Professores que estabelecem uma boa relação com seus alunos conseguem tornar as aulas mais dinâmicas e interativas, adaptando as metodologias de acordo com as necessidades e interesses da turma. Isso resulta em um aprendizado mais significativo e facilita a retenção do conteúdo. Por fim, a relação professor-aluno é essencial para o desenvolvimento da autoeficácia do aluno, ou seja, a crença em sua capacidade de enfrentar e superar desafios acadêmicos. Alunos que percebem que seu professor acredita em seu potencial têm mais confiança para explorar o conteúdo e desenvolver suas habilidades.

### **Fatores que contribuem para uma Relação Positiva**

Diversos fatores contribuem para a construção de uma relação professor-aluno saudável e positiva. Entre eles, destaca-se a comunicação efetiva, que permite o diálogo aberto e a troca de feedbacks construtivos. Uma comunicação clara e respeitosa cria um canal de confiança, no qual o aluno se sente à vontade para questionar, argumentar e colaborar. Além disso, o respeito mú-

tu é um elemento crucial para essa relação. Quando o professor respeita o ritmo, as dificuldades e as diferenças individuais de cada aluno, ele demonstra um olhar inclusivo e acolhedor, favorecendo o engajamento e a participação ativa.

Outro aspecto fundamental é a empatia, que permite ao professor compreender as necessidades e o contexto dos alunos, desenvolvendo práticas pedagógicas que consideram essas particularidades. O ambiente de sala de aula, por sua vez, precisa ser acolhedor e seguro, livre de preconceitos e discriminações, proporcionando uma experiência educacional na qual todos os alunos possam se sentir valorizados. O professor atua como facilitador, promovendo um espaço de cooperação e interação que favorece tanto o aprendizado quanto o crescimento pessoal dos estudantes.

#### Desafios na Construção de uma Relação Saudável

A construção de uma relação saudável entre professor e aluno enfrenta uma série de desafios que, muitas vezes, são estruturais e externos ao controle direto dos envolvidos. Um dos principais obstáculos é a alta carga de trabalho e o elevado número de alunos por turma, que dificultam a criação de uma conexão individualizada com cada estudante. Esse contexto limita o tempo e a disponibilidade do professor para dar atenção a cada aluno de forma adequada, o que pode comprometer a qualidade do ensino e dificultar o estabelecimento de uma relação mais próxima.

Outro desafio significativo são as diferenças culturais e de expectativas entre professores e alunos. Em um ambiente educacional cada vez mais diverso, é comum que haja divergências na forma como o aprendizado é percebido e valorizado. Isso exige do professor uma sensibilidade para adaptar sua abordagem, considerando a diversidade cultural, social e emocional dos alunos. Além disso, a falta de recursos pedagógicos e o ambiente físico desfavorável, muitas vezes, dificultam a criação de atividades mais interativas e inclusivas, limitando as oportunidades de interação e aproximação entre professor e aluno.

#### Estratégias para Fortalecer a Relação Professor-Aluno

Existem diversas estratégias que o professor pode adotar para fortalecer sua relação com os alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e motivador. A primeira delas é o uso do feedback construtivo, que vai além da correção de erros e busca orientar o aluno para o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades. Um feedback que reconhece o esforço e sugere melhorias de forma positiva tende a ser bem recebido e fortalece a confiança do aluno no processo de aprendizado.

Outra estratégia importante é a valorização do diálogo e da escuta ativa. O professor que se dispõe a ouvir os alunos com atenção e respeito demonstra interesse em suas opiniões e sentimentos, criando um espaço onde todos se sentem parte do processo. A valorização da individualidade do aluno, levando em conta suas particularidades, dificuldades e preferências, é outra prática fundamental para estabelecer um vínculo de confiança. Além disso, adaptar as estratégias de ensino para incluir métodos variados, como atividades em grupo, debates e projetos, é uma forma de tornar a aula mais dinâmica e acessível, promovendo a participação de todos os alunos.

#### Conclusão: A Relação Professor-Aluno como Base para o Sucesso Escolar

A relação professor-aluno é um componente essencial para o sucesso educacional, pois influencia diretamente o engajamento, a motivação e o desempenho acadêmico dos alunos. Uma relação positiva, baseada em respeito, empatia e comunicação, cria um ambiente propício ao aprendizado, no qual o aluno se sente seguro para explorar seu potencial e enfrentar desafios. Além disso, essa relação contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais que serão importantes para a vida acadêmica e profissional do estudante.

Investir em estratégias para fortalecer a relação entre professor e aluno é uma necessidade no contexto atual, em que as demandas pedagógicas são cada vez mais complexas e diversificadas. Professores que compreendem a importância desse vínculo e buscam desenvolvê-lo promovem uma educação mais humanizada e efetiva, contribuindo para a formação integral dos alunos. Dessa forma, a construção de uma relação professor-aluno saudável não apenas favorece o aprendizado acadêmico, mas também estimula a autonomia, a cooperação e o crescimento pessoal, preparando os alunos para serem cidadãos críticos e ativos na sociedade.

### OS MÉTODOS DE ENSINO

#### Introdução: A Importância dos Métodos de Ensino no Processo Educacional

Os métodos de ensino são o conjunto de estratégias e abordagens utilizadas por educadores para facilitar o aprendizado dos alunos, criando uma ponte entre o conhecimento e a prática pedagógica. A escolha do método adequado não é apenas uma questão técnica, mas uma decisão estratégica que impacta diretamente a motivação, o engajamento e o sucesso acadêmico dos estudantes. No cenário educacional atual, marcado pela diversidade de perfis e necessidades, a personalização das práticas de ensino tornou-se essencial, exigindo que os professores estejam atentos a diferentes abordagens para atender de forma mais eficaz a cada aluno.

O método de ensino escolhido influencia não apenas a forma como o conteúdo é apresentado, mas também como os alunos se relacionam com o material de estudo e com o próprio processo de aprendizagem. Diferentes métodos podem oferecer vantagens específicas, seja na promoção de habilidades críticas, na capacidade de resolver problemas ou na construção de competências colaborativas e criativas. Neste texto, exploraremos os principais métodos de ensino, incluindo desde o modelo tradicional até abordagens ativas, colaborativas e tecnológicas. O objetivo é compreender como cada método pode ser aplicado no contexto educacional para proporcionar uma educação mais completa e inclusiva.

#### Método Tradicional: Exposição e Instrução Direta

O método tradicional, ou expositivo, é um dos modelos de ensino mais antigos e amplamente utilizados, consistindo em uma abordagem onde o professor é o detentor do conhecimento e o transmite aos alunos de maneira direta. Esse método geralmente envolve aulas expositivas, nas quais o professor apresenta o conteúdo de forma sequencial e estruturada, cabendo aos alu-

nos o papel de absorver e registrar a informação. É especialmente eficaz em situações que exigem a apresentação de conceitos complexos e estruturados, sendo amplamente empregado em disciplinas que demandam uma base teórica sólida.

As vantagens do método tradicional incluem a facilidade de controle sobre o conteúdo e o ritmo das aulas, o que permite que o professor organize as informações de maneira lógica e sequencial. Contudo, esse método enfrenta críticas devido ao seu caráter passivo, pois a participação ativa dos alunos tende a ser limitada. Alunos que não possuem um perfil de aprendizagem autodirigido podem encontrar dificuldades em manter o engajamento durante a exposição. Apesar dessas limitações, o método tradicional continua relevante, especialmente quando combinado com outros métodos que incentivem a interação e a participação dos alunos.

### **Métodos Ativos: Aprendizagem Baseada em Problemas e Projetos**

Os métodos ativos de ensino colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, incentivando-o a participar ativamente da construção do conhecimento. Entre as abordagens mais comuns estão a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e a Aprendizagem Baseada em Projetos. Na ABP, os alunos são apresentados a um problema real ou simulado, e, em vez de receberem uma solução pronta, devem investigar e propor soluções de forma colaborativa. Esse método estimula a autonomia, o pensamento crítico e a capacidade de análise dos estudantes.

A Aprendizagem Baseada em Projetos, por sua vez, envolve a elaboração de um projeto ao longo de um período, no qual os alunos devem planejar, pesquisar, executar e avaliar um tema específico. Esse tipo de metodologia promove o desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas, além de trabalhar competências como trabalho em equipe, gestão de tempo e comunicação. Métodos ativos de ensino são especialmente valiosos para temas que demandam criatividade e resolução de problemas, e tendem a aumentar o engajamento e o interesse dos alunos, pois conectam o aprendizado ao mundo real e aos interesses dos estudantes.

### **Ensino Colaborativo e Trabalho em Grupo**

O ensino colaborativo é uma abordagem que enfatiza a construção do conhecimento em grupo, incentivando os alunos a trabalharem juntos para atingir objetivos comuns. O trabalho em grupo, uma das formas mais comuns de ensino colaborativo, permite que os alunos compartilhem conhecimentos, discutam ideias e aprendam uns com os outros. Além de contribuir para o aprendizado dos conteúdos, essa prática desenvolve habilidades socioemocionais, como empatia, paciência e capacidade de negociação, que são essenciais para a convivência em sociedade.

Esse método é especialmente eficaz em contextos onde a troca de ideias e a reflexão coletiva enriquecem o processo de aprendizagem, como nas ciências humanas e em disciplinas que envolvem interpretação e análise. Contudo, o sucesso do ensino colaborativo depende de uma organização adequada, onde o professor atua como mediador, orientando as discussões e incentivando a participação equitativa de todos os integrantes. Para que o trabalho em grupo seja produtivo, é importante que as

atividades sejam bem estruturadas, com objetivos claros e orientações específicas, de modo a evitar a dispersão e a sobrecarga de alguns alunos.

### **Métodos Tecnológicos: Ensino Híbrido e Uso de Ferramentas Digitais**

Os métodos que utilizam tecnologia, como o ensino híbrido e o uso de ferramentas digitais, têm ganhado destaque no contexto educacional contemporâneo. O ensino híbrido, ou blended learning, combina aulas presenciais e online, oferecendo flexibilidade para que o aluno acesse os conteúdos de forma remota e no seu próprio ritmo. Esse modelo é especialmente útil para reforçar o aprendizado, uma vez que os alunos podem revisar os conteúdos conforme suas necessidades individuais.

O uso de plataformas digitais e aplicativos educativos também contribui para a personalização do ensino. Ferramentas como quizzes online, simuladores e plataformas interativas permitem que os alunos se envolvam com o conteúdo de forma dinâmica e interativa, promovendo um aprendizado mais envolvente. Além disso, o uso da tecnologia possibilita o monitoramento do progresso dos alunos, permitindo que o professor identifique dificuldades específicas e ofereça um suporte mais direcionado. Apesar das inúmeras vantagens, o uso da tecnologia no ensino também apresenta desafios, como a necessidade de infraestrutura adequada e a capacitação dos professores para utilizar as ferramentas digitais de forma eficaz.

### **Conclusão: A Diversidade de Métodos como Base para uma Educação Inclusiva**

A diversidade de métodos de ensino é uma resposta à necessidade de atender a diferentes estilos de aprendizagem e promover uma educação inclusiva, capaz de engajar todos os perfis de alunos. Embora o método tradicional ainda seja amplamente utilizado e tenha suas vantagens, as abordagens ativas, colaborativas e tecnológicas têm se mostrado essenciais para estimular a participação ativa, o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes. A escolha de métodos diversificados e adaptados às necessidades específicas da turma permite que o professor crie um ambiente de aprendizagem dinâmico, onde os alunos se sentem motivados a explorar e a construir seu próprio conhecimento.

No contexto atual, o uso combinado de diferentes métodos de ensino torna-se uma prática fundamental para o sucesso educacional. Ao integrar métodos tradicionais com abordagens ativas e colaborativas, e ao fazer uso da tecnologia de forma estratégica, os educadores conseguem responder aos desafios da educação moderna, proporcionando uma experiência de aprendizado rica e significativa. Dessa forma, investir na formação dos professores e na implementação de práticas pedagógicas variadas contribui para uma educação mais inclusiva, engajadora e eficaz, capaz de preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.